

REFLEXÕES SOBRE GÊNERO E HOMOSSEXUALIDADE EM GRAFITOS ESCOLARES

Adriano Rogério Cardoso¹
Tânia Regina Zimmermann²

Resumo: Este artigo objetiva refletir sobre as representações dos gêneros e sexualidades não-hegemônicas (homossexualidade) expressas em grafitos, produzidos por adolescentes em uma escola pública no interior do Estado de São Paulo, entre 2018 e 2019. Trata-se de uma pesquisa descritiva-exploratória, de cunho qualitativo, na qual utilizamos elementos de Análise Crítica de Discurso (ACD), observamos aspectos linguísticos, imagéticos, socioculturais, sobre a hegemonia imperativa e normativa da sexualidade. Os resultados apontam a necessidade de problematizar questões de gêneros nas políticas educacionais, currículos e formação de professores(as).

Palavras-chave: Gêneros. Sexualidades. Hegemonia.

Abstract: This article aims to reflect on the representations of non-hegemonic genres and sexualities (homosexuality) expressed in graffiti, produced by adolescents in a public school in the interior of the state of São Paulo, between 2018 and 2019. This is a descriptive research. In an exploratory, qualitative study, in which we use elements of Critical Discourse Analysis (CDA), we observe linguistic, imagetive, sociocultural aspects about the imperative and normative hegemony of sexuality. The results point to the need to problematize gender issues in educational policies, curricula and teacher training.

Keywords: Genders. Sexualities. Hegemony.

Introdução

O Relatório Homofobia do Estado de 2019 para Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo (ILGA) relata que dos 193 países da Organização das Nações Unidas (ONU), 68 tem leis explícitas contra a homossexualidade e dois, Egito e Iraque,

¹ Mestrando em Educação na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul- UEMS- Paranaíba-MS. Licenciado em Letras, Pedagogia e Bacharel em Psicologia. E-mail: adrianor345@hotmail.com

² Doutora em História professora titular da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul no curso de História e no Mestrado em Educação. E-mail: taniazimmermann@gmail.com

Recebido em 30/09/2019
Aprovado em 20/12/2019

fazem uso indireto de outras leis para perseguir e condenar homossexuais, totalizando 70 países que consideram a homossexualidade crime. Desse total, nove países: Mauritânia, Nigéria, Somália, Sudão, Catar, Emirados Árabes Unidos, Irã, Paquistão e Iêmen há pena de morte contra atos sexuais consensuais entre pessoas adultas do mesmo sexo (MENDOS, 2019). Esses dados nos alertam para um processo profundo de violações humanas.

A instituição escolar pública em contextos democráticos deveria prezar pela valorização do ser humano e de suas subjetividades, cumprir um papel fundamental no processo de formação dos cidadãos, instruir, transmitir conhecimentos acumulados pela sociedade, desenvolvidos pelas ciências e educar os indivíduos para vida digna em sociedade³. Conscientizar sobre a existência de políticas de proteção, combate aos preconceitos, vulnerabilidades, práticas de efetivação dos Direitos Humanos e para com a diversidade sexual humana.

“A escola é uma instituição republicana, é uma coisa pública (‘res pública’), onde todos manifestam e discutem suas posições, e aprendem a se respeitar. Isso vale muito para os temas do gênero e da sexualidade” (SEFFNER, 2014, p.78). No entanto, isso nem sempre acontece de forma inclusiva no interior da escola e na sociedade. A instituição escolar deve ser laica para promover o respeito a diversidade de gênero, raça, condição sexual dos envolvidos. “No geral, as religiões manifestam grande preocupação com a sexualidade. Importante lembrar que a escola é pública, é um ambiente público, e deve se reger pela laicidade” (SEFFNER, 2014, p. 78), nos espaços públicos respeitamos e devemos ser respeitados.

Neste artigo procuramos elencar algumas reflexões possíveis e presentes em grafitos escolares relacionadas as questões de gênero, homossexualidades, discurso, poder, constituição do sujeito pelas normas da sociedade, associados aos meios de resistência pelo agenciamento reflexivo, subjetividade ética possibilitando ação política contrária aos padrões de sexualidade heteronormativa e preconceituosa engessada (FOUCAULT, 2009; BUTLER, 2009).

A invisibilidade das temáticas gênero e sexualidade em documentos oficiais curriculares como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018), no processo de formação de professores, nas práticas escolares, a nosso ver é de essencial importância na formação humana, valorizando o respeito as diferenças e subjetividades.

³ Este artigo é um recorte da pesquisa desenvolvida no Mestrado em Educação, da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Unidade de Paranaíba que encontra-se em andamento.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa descritiva, exploratória de cunho qualitativo e consideramos que melhor auxilia na compreensão desse fenômeno social.

Procuramos acerrar das teorias de Foucault (2014, 2018), Fairclough (2016), Fairclough e Wodak, (2000), Van Dijk (2017) sobre as relações discursivas de poder, dominação hegemônica; gêneros, Scott (1995), Nicholson (2000), Grossi (2010); consubstanciado aos pesquisadores Machado e Piccolo (2010), Welzer-Lang (2001), Louro (1997, 2018) e Seffner (2014) sobre sexualidade e teorias de educação, fundamentos da ação docente relacionados a temática dessa pesquisa.

Van Dijk (2017) aborda o abuso de poder dos dominantes sobre os dominados. Imperativo do discurso abusivo, dogmático, cristalizado que constitui, valida os quesitos do poder dominante, valoriza a divisão e despreza a igualdade. Discurso esse que inclui questões de gênero e sexualidade, construção da masculinidade, feminilidade e homofobia naturalizando ódios, medos e violências múltiplas.

As práticas discursivas carregam efeitos ideológicos, auxiliam na produção ou manutenção de relações de desigualdades, sejam nos níveis das classes sociais, pessoais, relacionais entre homens e mulheres e se estendem as subjetividades (FAIRCLOUGH, WODAK, 2000). O discurso é algo carregado de efeitos ideológicos e impõem seu poder abusivo incessantemente (FAIRCLOUGH, 2016). Este circula e atuam por veios capilares que nem sempre temos consciência, acreditamos ser verdades inquestionáveis e as reproduzimos como um mantra.

Santaella (2012, 2018) apresenta elementos semióticos para exploração analítica dos grafitos fotografados. As imagens devem ser tratadas pelo que dizem, como dizem, suas disposições, frequência temática, linguagem alocados aos grafitos, variedade de formatos, conceitos/termos que estes jovens utilizam.

Em relação aos níveis interpretativos das imagens “distribuem-se em três camadas” a primeira é a “camada emocional, ou seja, a qualidade de sentimento e a emoção que o signo é capaz de produzir em nós”; a segunda é “a camada energética, quando o signo nos impele a uma ação física ou puramente mental”; e a terceira é “a camada lógica, esta a mais importante quando o signo visa produzir cognição” (SANTAELLA, 2018, p.40). As três camadas caminham juntas.

O imaginário social pode nos conduzir a interpretações, representações da realidade discursiva entrelaçadas aos elementos do poder. “O próprio ato de fotografar ou filmar um determinado evento já inclui a ‘transcrição’ de uma ideia em uma representação, no caso visual” (GÜNTHER, 2006, p. 205). Os grafitos, ao nosso ver, são textos verbo-visuais significativos captados e recortados pelas câmeras de um celular. As fotografias devem ser vistas como “ferramentas para chegar às repostas” (BOGDAN, BIKLEN, 1994, p.191) dos elementos socioculturais presentes nos grafitos.

Discussão

As configurações de gêneros implicam na execução de papéis sociais associados aos sexos biológicos, fêmea ou macho. Sexo e gênero devem ser entendidos como construções culturais coletivas que englobam atributos do masculino e do feminino. Os corpos devem ser nomeados, reconhecidos pela linguagem, através de signos, convenções e tecnologias. A concepção binária do sexo, impõe a concepção de gênero e torna a heterossexualidade como destino e forma compulsória de sexualidade (LOURO, 2018, p.75). A homossexualidade deve ser evitada por estar fora da norma, não ser divina e sua prática não está voltada a reprodução humana.

Foucault (2009) e Butler (2009) apontam os processos de resistência das minorias na constituição do sujeito. O poder normativo, presente nos mandatos e normas sociais, possibilita o agenciamento do pensamento reflexivo e ação político. O desejo de mudança impulsiona a agência do pensamento causando inovações, reflexões, atos de resistência contra a hegemonia proporcionando ressignificações sociais e subjetivações no campo da sexualidade e gênero (BUTLER, 2009).

Em relação as sexualidades⁴ não hegemônicas e variantes percebemos que é uma construção social ainda polêmica na educação, principalmente pela multiplicidade de visões, crenças, religiões, tabus, interditos e valores daqueles(as) que nelas estão inseridos. A interpretação referente a homossexualidade, na atualidade, é oriunda de variadas ideias estereotipadas, perpassando pelas noções de doença (homossexualismo), perversão, castigo, anormalidade, aberração (VERBICARO SOARES, 2019, p.153).

⁴ Machado e Piccolo (2010) entendem sexualidade como um conjunto de excitações e atividades presentes na vida dos sujeitos desde sua infância ligadas as formas pelas quais se relacionam afetivamente e sexualmente, assim como dos conflitos resultantes de tais relações.

No cotidiano social e escolar expressões como “viado” e “bicha” são comuns, referem-se, na maioria das vezes, pejorativamente as sexualidades não-hegemônicas, como indica a Fig. 01.

FIGURA 01 – Homossexualidade –xingamento



Fonte: Acervo fotográfico do pesquisador

A palavra “viado” refere-se à homossexualidade, aqueles que fogem aos padrões da masculinidade, passível de retaliações, punições, atos de violência, sofrimento, injúrias, ofensas e bullyings podem ser constantes. Por isso é necessário questionamentos, discussões, entre os alunos, professores, familiares e comunidade para problematizar as temáticas sexualidades e questões de gênero. Afinal, tais discussões deveriam ser tratadas com naturalidade nas salas de aula de modo transversal sempre que se fizer necessário e não apenas em ocasiões especiais (SEFFNER, 2014). No entanto, são temas tabus deixados as margens.

A homossexualidade está associada aos atributos de feminilidade e devem ser evitadas pelo masculino. “Normalizar é impor uma exigência a uma existência” (CANGUILHEN, 2006, p.109). A norma heterossexual hegemônica torna-se referência para tudo e impõe-se.

O artigo 1º, da Constituição Federal de 1988 prevê a igualdade e proteção da dignidade humana (SENADO FEDERAL, 2018) nem sempre seguida.

A sexualidade não hegemônica é um prenúncio de alerta e perigo para à humanidade pelo fato de os homossexuais não procriarem sendo eles(as) contrários as leis naturais e divinas. Indignos dos direitos e prerrogativas legais dos heterossexuais. Felizmente nem todos os juristas pensam dessa maneira, direitos veem sendo conquistados pela comunidade LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queer, intersexo, assexual), nas últimas três décadas (MOREIRA, 2016).

Desde tempos recuados a atração sexual entre pessoas do mesmo sexo existe. Na Grécia Antiga havia relações sexuais entre homens com a função de iniciação. O prazer e desejo existia

nesses amores masculinos. Na Roma Antiga a homossexualidade era tolerada desde que não houvesse afastamentos dos deveres de cidadãos para com a sociedade; não utilizassem pessoas de posições inferiores como objetos de prazer e evitasse o papel sexual passivo com subordinados, porém exceções ocorriam (BORRILLO, 2010, p.45-46).

A homossexualidade até a metade do século XIX era denominado de sodomia “(uma atividade indesejável ou pecaminosa à qual qualquer um poderia sucumbir)” (LOURO, 2018, p.27). Ao observarmos pelo viés religioso, a bíblia traz exemplos dessa existência e ali mesmo repudia essa atração ou classifica como pecado cujos adeptos devem ser impedidos de herdarem o reino dos céus.

Nos séculos XIX e XX a moralidade, a religiosidade e a medicina consideraram a homossexualidade como anormalidade e doença (homossexualismo). A Associação Americana de Psicologia (APA) na década de 1970 e a Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1993 orientavam profissionais de saúde que a orientação sexual homossexualidade não deveria mais ser considerada um transtorno da sexualidade humana. Com o advento dos movimentos feministas na década de 1960 e 1970 surgiram questionamentos e posicionamentos significativos em relação as “minorias⁵”, incluindo os gays. No Brasil o Conselho Federal de Psicologia (CFP), seguindo orientações e diretrizes da APA e da OMS, por meio da Resolução 1/1999 normatiza e altera dos manuais nosológicos o termo homossexualismo para “homossexualidade” pois não se trata de doença ou perversão.

Atualmente, no Brasil ainda encontramos estratégias e técnicas abusivas que intencionam recuperar os seres desviantes (homossexuais) ou então salvá-los, por estarem em pecado. Estes deveriam ser reeducados em serviços especializados, pois padeçam de desordem psicológica são seres provenientes de famílias desestruturadas, influenciados por más companhias devendo mantê-los afastados e a salvo (LOURO, 2018, p.81).

Parece ter instalada um certo tipo de hipocrisia referente a homossexualidade. “Por trás da rigidez, há sempre alguma coisa escondida; em inúmeros casos, uma vida dupla” (MARTEL, 2019, p. 11). Estas palavras são do Papa Francisco que tem criticado um seguimento importante dentro da Igreja e do Vaticano, por serem conservadores “gays homofóbicos” que criticam homossexualidade, mas levam uma vida dupla. Pregam uma coisa e fazem outra (MARTEL, 2019). No campo da política brasileira há uma linha direitista conservadora contrária aos homossexuais em nome da moral e da família cristã.

⁵ Trata-se de uma atribuição valorativa imputada a um determinado grupo sob um olhar dominante.

A homossexualidade se faz presente e resistente a duras penas.

FIGURA 02- Homossexualidade: sexo anal



Fonte: Acervo fotográfico do pesquisador

A Fig. 2 estava sobre uma carteira e ilustra uma relação sexual homoafetiva com destaque para a ejaculação ou secreções expressas em ambos pênis eretos.

A existência de plasticidade nas relações afetivas e sexuais, mostra-se e nega-se. Welzer-Lang (2001) relata que nas cadeias “[...] encontramos os estupradores dos homens, pois ativos e penetrantes não vivem como homossexuais.” A hierarquia tradicionalmente é ali estabelecida “[...] entre o ‘fodido’ e o ‘fodedor’”, uma vez que sabemos que o primeiro será recriminado socialmente por transgredir a ordem ‘natural’ das coisas, devido a dualidade feminina (dominado) e masculino (dominante) por isso que “[...] em algumas culturas, só é considerado um ‘verdadeiro veado’ aquele que se deixa penetrar e não aquele que ‘penetra’” (WELZER-LANG, 2001, p.468).

Há muitos homens e mulheres aparentemente heterossexuais, conservadores, “monogâmicos” que buscam por relacionamentos homoafetivos, bissexuais, heterossexuais paralelos dando vazão aos seus desejos. Desde que não haja crime na prática sexual, crimes ou violências contra crianças e adolescentes, necrofilias e os envolvidos estejam de comum acordo a sexualidade deve ser vivenciada e colocada em prática, porém a hipocrisia moralizante deve ser combatida. O desejo sexual é latente no ser humano. O medo em ser apontado, julgado faz com que muitos sujeitos sufoquem seus desejos sexuais e impedem a plenitude da sexualidade de outros(as).

A sexualidade é um termo amplo que envolve emoções, sentimentos, comportamentos, subjetividades de cada ser humano e não se trata aqui do ato sexual “sexo”, ou do órgão sexual, sexualidade vai muito além, percorre e acompanha cada ser humano ao longo da vida (MACHADO, PICCOLO, 2010).

Diante de um movimento histórico de construções de categorias explicativas em relação as questões de gênero pontuou-se que sexo é uma categoria que ilustra a diferença biológica entre homens e mulheres; gênero é um conceito que remete à construção cultural coletiva dos atributos de masculinidade e feminilidade (que nomeamos de papéis sexuais); identidade de gênero é uma categoria pertinente para pensar o lugar do indivíduo no interior de uma cultura determinada; a sexualidade é um conceito contemporâneo para referir-se ao campo das práticas, sentimentos ligados à atividade sexual dos indivíduos.

O heterocentrismo constitui categorias. Ele distingue os dominantes, homens ativos e penetrantes, daqueles(as) que são penetrados(as), logo dominados(as). E é claramente a homofobia que se aplica àqueles, homossexuais, bissexuais, transsexuais, desvalorizando-os porque eles/elas não adotam, ou são suspeitos de não adotarem as configurações sexuais naturais (WELZER-LANG, 2001, p.468), ou seja, fogem da normalidade. A Fig. 2 sugerem essa cena de “anormalidade”.

Pessoas que não se adequam gênero em relação ao biológico e ao seu psicológico são denominados de transgênero, transexuais, travestis e aqueles que estão em conformidade, ou seja, adequados entre genitália e posicionamentos psico-sócio-cultural são denominados de “cisgêneros”.

Neste processo surgem questionamentos, posicionamentos reflexivos que observam outras práticas sexuais e afetivas. A teoria queer é uma delas.

Os ativistas queer se definem como anti-assimilationistas e querem agrupar todos(as) aqueles(as), que adotam as identidades sexuais e/ou identidades de gênero em diferença com as normas heterossexuais: gays, lésbicas, transgêneros, bissexuais... Grupos que contestam o próprio fato de serem colocados em categorias. Também criticam ao mesmo tempo o binarismo homem/mulher e o heterossexismo da classificação dessas próprias categorias. A análise queer visibiliza uma parte das mudanças já realizadas (WELZER-LANG, 2001, p.473). Advogamos que o melhor caminho seja o respeito, o acolhimento as diferenças e diversidades sem imposições.

Na figura que segue temos alguns indícios desse desprezo.

FIGURA 03 – Homossexualidade e violência



Fonte: Acervo fotográfico do pesquisador

Diante do uso da violência simbólica ao atribuir o nome “viado” e da violência física representada na arma questiona-se a negação da existência de outras possibilidades de afetos e desejos. Há ainda um “X” sobre os dois personagens, indicativo de algo proibido, colocando a homossexualidade como proibida e aos gays a eliminação. Existe uma relação histórica entre o uso de armas, a violência e a masculinidade.

A violência deriva da palavra latina *vis* e significa a força exercida contra alguém. “No plural *vis* designa os órgãos sexuais do homem e as forças militares [...] e por extensão a força policial, isto é, ao uso das armas como forma de relação entre as pessoas” (ZIMMERMANN, 2017, p.29). Percebe-se aí também uma associação entre a violência, a masculinidade e o falo.

No Brasil o Atlas da violência 2019 traz dados inéditos sobre a violência contra a população LGBTI+⁶ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros e Intersexuais) tem agravado nos últimos anos. Apresenta invisibilidade do ponto de vista oficial estatístico, pois não se sabe qual o tamanho exato da população LGBTI+ brasileira. O “IBGE⁷ não faz qualquer pergunta em seus *surveys* domiciliares sobre a orientação sexual”. As polícias em geral também não fazem nenhuma classificação de vítimas (óbitos) segundo a orientação sexual. Apenas o Grupo Gay da Bahia (GGB) faz um levantamento há 39 anos sobre o “[...] número de pessoas assassinadas por questões homofóbicas, com base em notícias publicadas

⁶ o “+” tem sido utilizado pelo movimento gay para mencionar à visibilidade dos casos de assassinatos de heterossexuais sob motivações homofóbicas, ou seja, a vítima tenha sido confundida com gays ou lésbicas.

⁷ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

na imprensa, na internet e informações pessoais compartilhadas em grupos” (IPEA, FBSP, 2019, p.56) há um apagão estatístico sobre essa população.

De acordo com dados do Disque 100 em 2016 foram registrados 1.876 casos de violência contra LGBTI+ em 2017 foram registrados 1.720 casos. Em relação ao homicídio contra LGBTI+ houve um aumento de 127% de 2011 a 2017, saindo de um total de 5 casos em 2011 chegando a 193 casos em 2017 (IPEA, FBSP, 2019, p.58).

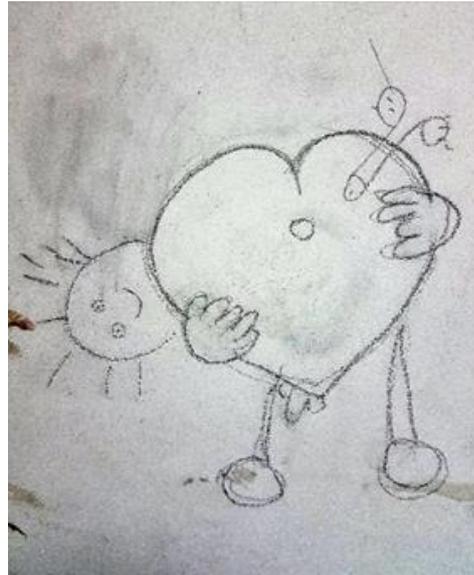
Nos grafitos escolares a homossexualidade apresenta caráter agressivo e depreciativo, incluindo xingamentos, destinados aos grupos LGBTQIA+. Muitos grafitos representam a homossexualidade como algo ruim, feio e anormal, Fig. 03. Nesta imagem o mecanismo de censura atua para intensificar a eficiência do discurso de poder. Se a escola não trabalha o tema, muitas vezes silenciado, reprimido, mas latente, presente na ambiência escolar pode gerar violências simbólicas e agressões físicas.

As pessoas que transgridem as fronteiras da sexualidade dos gêneros binários são considerados desviantes, minorias ou anormais. Talvez possam ser suportados desde que mantenham-se em guetos restritivos (LOURO, 2018, p.80). Seffner pontua que “as informações sobre a vida sexual de um indivíduo, suas preferências e seus modos de vida sexual, eventualmente suas ‘taras’, são uma parte vital do que levamos em consideração na hora de julgar os indivíduos. É o chamado sexo rei [...]” (SEFFNER, 2014, p.69).

De acordo com Vilela (2017) a homofobia é propagada na sala de aula e o silenciamento do(a) professor(a) e da instituição como um todo, coloca em risco a vida escolar e a própria vida do estudante, que desmotivado e vítima de ofensas diárias, pode deixar de frequentar a escola. Estes adolescentes, muitas vezes não tendo a quem recorrer, podem tentar o suicídio, ou podem ser mortos nas ruas.

Ser heterossexual significa estar no campo da normalidade, ser saudável, superior, ter potencialidade sexual, prestígio, autonomia, possuir os melhores cargos e salários (PETRY; MEYER, 2011 apud SEFFNER, 2014, p.74). Segundo Seffner “é necessário na escola uma preocupação em falar da sexualidade como construção cultural e política, tanto quanto falar dela com como algo do terreno da biologia” (SEFFNER, 2014, p.73).

Entendemos que “[...] a sexualidade é campo de disputa jurídica, ou, dito de outro modo, os conhecimentos gerados no campo da sexualidade são utilizados na disputa pública por direitos e constituição de identidades” (SEFFNER, 2014, p.69).

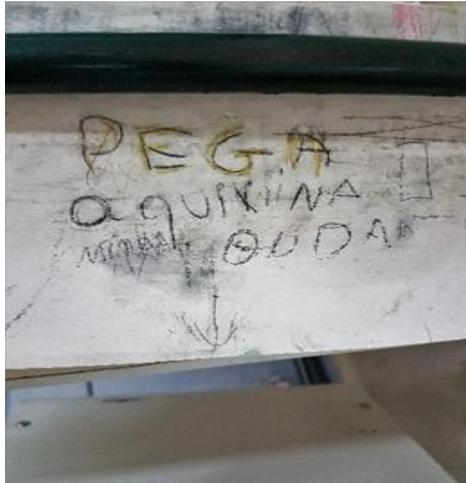
FIGURA 04- Homossexualidade masculina

Fonte: Acervo fotográfico do pesquisador

A Fig. 04, encontrada no tampo de uma carteira escolar, nos chama atenção pela imagem do coração, indicativo de romantismo e aqui sugere ainda “orifício anal masculino” aberto a penetração peniana. A personagem masculina presente no grafite oferece seu amor e sexo a alguém semelhante.

Sobre a construção da masculinidade nas relações homossexuais, Roberto da Matta, antropólogo brasileiro, cita “uma brincadeira que era feita quando ele era jovem, no interior de Minas Gerais, onde um jovem perguntava para o outro: ‘Tem pente aí?’, passando a mão nas nádegas do amigo para ver se havia um pente no bolso da calça” (GROSSI, 2004, p. 6). A ação esperada de um homem verdadeiro (heterossexual) era dar um salto e não permitir que lhe tocasse nas nádegas. A reflexão que fazemos é que o homem brasileiro (macho, viril) deve “controlar as suas nádegas para não ser penetrado” (GROSSI, 2004, p. 6).

A Fig. 05 “pega aqui na minha bunda” nos alude sobre as capilares manobras discursivas presente no processo de constituição das masculinidades na sociedade brasileira.

FIGURA 05 - Pega aqui na minha bunda

Fonte: Acervo fotográfico do pesquisador

A figura 05, encontrada atrás do encosto de uma cadeira escolar, nos remete a brincadeira do pente citada por Roberto da Matta, na qual o desejo em tocar ou possuir a bunda do outro é algo que instiga a curiosidade e o desejo. É um tipo de jogo, pois o adolescente ao deixar-se tocar nas nádegas indica uma homossexualidade confessada?

Nos remete as brincadeiras semelhantes ao uso do pente no bolso de trás da calça entre os jovens masculinos de Minas, lembrando que o rapaz para ser macho deveria defender suas nádegas, não deixando ser tocado nelas.

Parece haver curiosidades dos adolescentes pelas nádegas e pelo ânus. Talvez tenha alguma relação com a fase anal freudiana, afinal entendemos que o ânus é uma zona erógena, de expurgação das impurezas corporais e o evacuar é algo prazeroso. Logo é possível entender que relação sexual ou brincadeiras anais sejam motivo de curiosidade, interesse, excitação e desejo dos jovens.

FIGURA 06 –Homossexualidade feminina

Fonte: Acervo fotográfico do pesquisador

As discussões sobre sexualidades e gêneros possibilitam uma pluralidade de pensamentos e de formas de viver suas subjetividades com valorização do respeito as diferenças existentes. A Fig.06 mostra uma atividade homossexual feminina. Parece haver um interesse considerável de heterossexuais masculinos nas relações sexuais lésbicas.

A filósofa Nancy Prada discute dois polos do feminismo com base em Catharine Mackinnon e Andrea Dworkin o corpo feminino vendido no pornô como objeto do desejo dominante masculino, causando violência contra mulheres, crimes de misoginia, discriminação sexual, desigualdades de gênero. Por outro lado, Carol Vance critica os posicionamentos estanques de gênero, corpo, pornografia, sexo que são vistos como lugares de ressignificação política para mulheres e minorias sexuais, o prazer transforma-se em objeto de reflexão, levando a reflexões teóricas feministas contemporâneas e teoria queer, analisando práticas sadomasoquistas, fetichistas, transgêneros, estudos gays/lésbicos pontuados nos estudos de Gayle Rubin e Pat Califia (GREGORI, DÍAZ-BENÍTEZ, 2012, p.11).

No Brasil partir da década de 1980 a temática da homossexualidade, passa a ser discutida em grupos nas universidades com apoio nas teorizações de Michel Foucault (LOURO, 2018, p.31). Observa-se que formas de sexualidade tidas como “passivas” em análise foucaultianas questiona obrigatoriamente o que o discurso atual, sábio e militante esconde, uma vez “[...] que reproduz valores homofóbicos e sexistas” (WELZER-LANG, 2001, p.474). Mas, os bancos das escolas de Educação Básica, assim como muitos professores carecem de cursos de formação continuada, de material formativo e querer essa mudança.

Seria possível a escola lidar com a Educação Sexual? Pensamos que sim, por meio da implantação de momentos de discussão, reflexão, questionamentos, sempre que possível com envolvimento da comunidade escolar, incluindo os pais dos alunos. Indo de encontro aos trabalhos de Schindhelm (2011).

Inclusão de noticiários, filmes, vídeos, rodas de conversa entre outros, proporcionando um ambiente acolhedor, de reflexão e questionador de valores impostos pela sociedade, a respeito da sexualidade destes jovens. Assuntos como a homossexualidade, orientação sexual e questões de gênero não deveriam ser invisibilizados dos currículos escolares, assuntos estes, muito importantes na formação de pessoas conscientes de suas subjetividades.

Considerações Finais

As sexualidades não hegemônicas se fazem cada vez mais presentes e colocadas em evidência. Elas quebram os silêncios, os binarismos, resistem e clamam por respeito as diferenças. A instituição escolar deve prezar pelo respeito e valorizar o humano mostrando que diferenças existem, mas o respeito deve acompanhar as diversidades subjetivas.

A sexualidade faz parte dos sujeitos e não pode ser desligada deles(as). As políticas educacionais brasileiras impõe um currículo castrativo que invisibiliza as temáticas da sexualidade e das questões de gênero tornando-os temas tabus, mas caberá a cada professor ou professora refletir, questionar, problematizar seu posicionamento político, psico-sócio-cultural na direção de criar espaços heterotópicos em meio a essa situação? E que vá na direção da constituição de uma sociedade igualitária, humanitária.

Talvez se houvessem na ambiência escolar e nos currículos espaços inventivos de liberdade que proporcionassem a problematização, a desconstrução e possibilitassem a felicidade desses jovens tais manifestações teriam um outro direcionamento.

Temos esperança de que as heterotopias foucaultianas surjam e possibilitem o respeito as diferenças. A hegemonia sexual masculina deve ser problematizada, repensada e dissolvida.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Ensino. *Base Nacional Comum Curricular*. 1 ed. Brasília, MEC, 2018, 600 p. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 7 jul. 2019.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação Qualitativa em Educação*. Uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal, Porto Editora, 1994, 336 p.

BORRILLO, Daniel. *Homofobia*. História e crítica de um preconceito. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte, Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2010, 141 p.

BUTLER, Judith. *Dar cuenta de si mismo: violencia ética y responsabilidad*. Buenos Aires, Mutaciones, 2009, 192 p.

CANGUILHEM, Georges. Do social ao vital IN: CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006, p.209-229.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Tradução de Izabel Mabalhães. 2 ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2016, 337 p.

FAIRCLOUGH, Norman; WODAK, Ruth. Análisis crítico del discurso IN: TEUN ADRIANUS VAN DIJK. *El discurso como interacción social. Estudios sobre el discurso II: una introducción multidisciplinaria*. Barcelona, Espanha: Gedisa editorial, 2000, p. 367-404.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 7 ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2018, 175 p.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 42 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2014, 303 p.

FOUCAULT, Michel: O sujeito e o poder IN: DREYFUS, Humberto L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault. Uma Trajetória Filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 231-249.

GREGORI, Maria Filomena; DÍAZ-BENÍTEZ, Maria Elvira. “Apresentação”. *Cadernos Pagu*, nº 38, p. 7-12, jan-jun, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/issue/view/1122> Acesso em: 28 ago. 2019.

GROSSI, Miriam Pilar. “75 Masculinidades: Uma Revisão Teórica”. *Antropologia em Primeira Mão*, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFSC, Florianópolis, nº 1, p.1-37, 2004.

GROSSI, Miriam Pilar. “Identidade de Gênero e Sexualidade”. *Antropologia em Primeira Mão*, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social /UFSC, Florianópolis, nº 24, p.1-14, 1998 (revisado em 2010).

GÜNTHER, Hartmut. “Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa”. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, vol. 22, nº 2, p. 201-210, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/0D/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2019.

IPEA,FBSP. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública (org.). *Atlas da violência 2019*. Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019, 116 p. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Atlas-da-Violencia-2019_05jun_vers%C3%A3o-coletiva.pdf Acesso em: 11 ago. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 6 ed. Rio de Janeiro, Vozes, 1997, 179 p.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho*. 3 ed. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2018, 109 p.

MACHADO, Maria das Dores Campos; PICCOLO, Fernanda Delvalhas. *Religiões e homossexualidades*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2010, 268 p.

MARTEL, Frédéric. *No Armário do Vaticano: poder, hipocrisia e homossexualidade*. 1 ed. Rio de Janeiro, Objetiva, 2019, 499 p.

MENDOS, Lucas Ramón. *Homofobia de Estado 2019*. 13 ed. Ginebra, ILGA-Asociación Internacional de Lesbianas, Gays, Bissexuales, Trans e Intersex. mar. 2019, 558 p. Disponível em: <https://ilga.org/state-sponsored-homophobia-report-2019> Acesso em: 23 ago. 2019.

MOREIRA, Adilson José. “Cidadania Sexual: Postulado Interpretativo da Igualdade”. *Direito, Estado e Sociedade*. São Paulo, nº 48, p. 10-46, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://revistades.jur.puc-rio.br/index.php/revistades/article/view/547> Acesso em: 25 jul. 2019.

NICHOLSON, Linda. “Interpretando o gênero”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 8, nº 2, p. 9-41, jan. 2000. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/38460>>. Acesso em: 12 ago. 2019. doi:<https://doi.org/10.1590/%x>.

SANTAELLA, Lúcia. *Leitura de imagens*. 1 ed. São Paulo, Editora Melhoramentos, 2012, 184 p.

SANTAELLA, Lúcia. *Semiótica aplicada*. 2 ed. São Paulo, Cenage Learning, 2018, 218 p.

SCHINDHELM, Virginia George. “A sexualidade na Educação Infantil”. *Revista Aleph Infâncias*, vol. 5, nº 16, p.1-17, nov. 2011.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*, vol. 20, nº 2, jul. dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721> Acesso em: 12 ago. 2019.

SEFFNER, Fernando. “Sexualidade: isso é mesmo matéria escolar”. *Revista Teoria e Prática da Educação*, vol. 17, nº 2, p. 67-81, mai./ago. 2014.

SENADO FEDERAL. Art. 1º. Disponível em:

https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_08.09.2016/art_1_.asp, Acesso em 27 ago. 2019.

VAN DIJK, Teun Adrianus. *Discurso e Poder*. 2 ed. São Paulo, Contexto, 2017, 285 p.

VERBICARO SOARES, Douglas. “O estudo da orientação homossexual pensado nos direitos humanos e na sociedade brasileira”. *Revista Bagoas - Estudos Gays: gênero e sexualidades*, Rio Grande do Norte, vol. 13, nº 20, p.120-163, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/15662/11962> Acesso em: 27 ago. 2019.

VILELA, Gabriela Jaqueline Domingues. Um Estudo sobre representações de sexualidade e atitudes sexuais de adolescentes de uma Escola Pública: análise-descritiva de grafitos em carteiras escolares. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) – Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara, 2017, 179 p.

WELZER-LANG, Daniel. “A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia”. *Revista Estudos Feministas*, Santa Catarina, vol. 9, nº 2, p. 460-482, segundo semestre, 2001.

ZIMMERMANN, Tânia Regina. *Violência e Gênero em Notícias no Oeste Paranaense*. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. São Paulo, Paco, 2017, 177 p.